



## VII COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMERICA DEL SUR

“Movilidad, Gobernabilidad e Integración Regional”

Mar del Plata, Argentina

29 de Noviembre al 1º de Diciembre de 2007



### ÁREA TEMÁTICA – O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

**Autores:** Carlos Américo Barreira Pinto.  
Miguel Ângelo da Silva  
Fátima de Souza Freire.

**Título:** Metodologia de Cálculo do Custo-Aluno dos Cursos de Graduação de IES Públicas: Estudo de Caso.

#### Resumo

A temática de custo justifica-se pela problemática das políticas de financiamento para os cursos de graduação apresentada no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O estudo do custo aluno em instituições federais de ensino superior (IFES) é bastante complexo, porque a legislação pertinente quanto à contabilidade pública dificulta a apuração de valores relacionados ao ensino. Não há método definindo ou determinando como se deve calcular o custo-aluno de entidades públicas e quando há, como é o caso da proposta do Tribunal de Contas da União, o resultado apresenta algumas falhas, pois, no método, incorporam-se gastos que não estão relacionados diretamente com o ensino e nem é considerado o número real de alunos existentes na instituição. O presente trabalho tem o objetivo de estimar o custo/aluno padrão dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), inserindo-se como uma contribuição ao esforço de aproximação à questão, sobretudo numa unidade federada onde registros nessa direção são praticamente inexistentes. A pesquisa abrangeu os cursos de graduação da UFC, com dados extraídos do relatório de gestão, do balanço patrimonial, da folha de pagamento de 2006 e de informações da Pró-Reitoria de Graduação. Conclui-se que a introdução de um indicador de custo-aluno padrão pode ser um instrumento adicional para dotar os gestores de IES de critérios mínimos de vinculação de recursos destinados ao REUNI, bem como auxiliar nas políticas educacionais do País.

Palavras-chave: Custo-aluno; universidade; financiamento

## ***1 Introdução***

A mais recente ação de expansão da educação superior pública do Governo Federal foi através do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado em abril de 2007. O PDE abriga vários programas, entre eles, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

O REUNI veio propor as universidades federais de condições necessárias para ampliação do acesso e garantia da permanência dos estudantes na educação superior, dando uma nova forma de financiamento para a área de educação superior. O Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007 que deu origem ao REUNI tem como um dos objetivos aumentar o número de matrículas de graduação em, pelo menos, vinte por cento (20%), o crescimento gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento (90%) e, também, a elevação da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito (1/18), ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

O governo brasileiro recorre a esta ação porque planeja baixar o gasto público com a educação superior por meio da eliminação de vagas ociosas e da diminuição do tempo de permanência dos alunos nas instituições federais de ensino superior. Esta discussão do financiamento da educação superior, via equalização do problema de inclusão social e de inadimplência dos alunos, tem a ver também com as condições de trabalho, qualificação do corpo docente e discente, condições de infra-estrutura e gastos efetuados diretamente com os cursos de graduação.

A manutenção de IFES abrange tanto a parte diretamente relacionada com o ensino, pesquisa e extensão quanto à parte administrativa e sócio-ambiental. Neste último, frisa-se que a herança de políticas públicas passadas, tais como, espaços inutilizados, estruturas organizacionais tradicionais, leis e resoluções ultrapassadas e manutenção de pessoal inativo provoca vários problemas na gestão dos recursos financeiros enviados para estas instituições.

O estudo da temática de custo justifica-se pela problemática das políticas de financiamento para as IFES que é uma preocupação constante dos seus gestores sempre em busca de deliberações acerca de recursos para manutenção e expansão das diversas atividades desenvolvidas no ambiente acadêmico, envolvendo ensino, pesquisa e extensão. O estudo do custo/aluno contribui para a superação de certas lacunas ainda existentes no planejamento educacional contribuindo à produção de estatísticas financeiras referentes aos gastos com educação superior efetivados pelo ente federal.

O presente trabalho tem como objetivo estimar o custo/aluno padrão e real dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), inserindo-se como uma contribuição ao esforço de aproximação à questão, sobretudo numa unidade federada onde registros nessa direção são praticamente inexistentes.

A pesquisa abrangeu os cursos de graduação da UFC, com dados extraídos do relatório de gestão, das demonstrações contábeis, da folha de pagamento de 2006 e de informações da Pró-Reitoria de Graduação.

Além da introdução, este trabalho está dividido mais 3 seções. A segunda apresenta a metodologia adotada para calcular o custo aluno padrão, real e excedente. A terceira contém o caso informações dos gastos e dos custos dos cursos de graduação da UFC. As conclusões e perspectivas são apresentadas na última seção.

## **2 Metodologia de cálculo de custos/aluno para IFES**

O controle de custos deve ser estruturado de maneira a fornecer respostas aos questionamentos dos gestores públicos quanto à origem e destino de cada gasto. Os sistemas de custeio são desenvolvidos para medir e atribuir valores para o objeto de estudo. Numa IFES um objeto de custo poderá ser um projeto de extensão, um curso de graduação, um curso de pós-graduação, uma atividade de pesquisa ou atividade administrativa.

No caso do cálculo do custo-aluno de graduação de uma IFES, o importante é que o sistema de custos sirva como ferramenta de controle das atividades diretamente relacionadas com o ensino, pesquisa e extensão do curso.

Observa-se que as empresas privadas apropriam os custos aos produtos ou serviços por meio da escolha entre diversos sistemas abordados na literatura (MARTINS, 2006), tais como: custeio por absorção, custeio integral ou RKW, custeio variável, custeio padrão, unidade de esforço de produção e custeio baseado em atividades. Alguns destes métodos são aceitos pelo fisco por atender princípios de contabilidade e legislações pertinentes a apuração de custos, como é o caso do método de custeio por absorção que incorpora custos diretos e indiretos a todos os produtos, seguindo principalmente o princípio da competência e da consistência.

Em se tratando de uma entidade pública, a forma de contabilizar e apropriar os gastos são completamente diferentes daquelas adotadas por uma empresa, pois parte dos gastos públicos é registrada pelo regime de caixa e outra parte pelo regime de competência. Isto dificulta substancialmente a escolha de um método, seja ele para fins gerenciais, seja ele para atender demanda de informações para algum órgão público. Numa IFES, a apuração do valor do seu principal objeto de custeio (aluno de graduação), os desafios são grandes, mas não impossível de ser efetuado. Para apuração do custo do ensino superior público, é necessário definir os itens que o compõem, o que não consiste numa simples tarefa contábil, uma vez que estas instituições desenvolvem um conjunto de atividades complexas, com características locais e regionais, especificidades de cada IFES de ensino, pesquisa e extensão.

Silva, Morgan e Costa (2004a e b) lançam uma proposta para calcular o custo aluno de IES públicas, levando em consideração dados da Universidade de Brasília. Segundo eles, o custo do ensino tem sido um dos indicadores mais utilizados para avaliar o desempenho das universidades federais. É frisado que o valor do gasto divulgado pelas IES é calculado por meio da simples divisão do gasto total de recursos aplicados na instituição pública pela quantidade total de alunos.

Um modelo para a apuração de custos nas IFES brasileiras foi proposto por Reinert (2005) em sua dissertação para o mestrado em administração na Universidade Federal de Santa Catarina. Reinert aponta alguns passos para apuração dos custos numa Instituição Federal de Ensino Superior: 1º definir o total de recursos a ser considerado; 2º obter o custo da instituição não vinculado direta e/ou indiretamente às atividades fim; 3º obter o custo da instituição que está vinculado direta e indiretamente às atividades fim; 4º obter o custo total das atividades de nível universitário (graduação e pós-graduação *stricto sensu*); 5º encontrar o custo de administração e de formação docente; 6º encontrar o custo de cada uma das atividades fim (ensino, pesquisa e extensão); 7º calcular o custo médio da hora atividade fim; 8º calcular os custos do ensino de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*; 9º calcular o custo médio do ensino de um curso; 10º calcular o custo médio padrão anual de um estudante de graduação; 11º calcular o custo médio anual de um estudante de graduação (ou de pós-graduação *stricto sensu*); 12º calcular o custo da ociosidade do ensino de uma IFES e custo da ociosidade do ensino por curso.

Para a realização do cálculo do custo aluno da UFC, recorreu-se as fórmulas apresentadas por Reinert com algumas adaptações (2005), a seguir descritas:

- a) Custo total dos cursos de graduação. Aqui foram incorporados os gastos diretamente relacionados com os cursos como, por exemplo, gastos com pessoal e material

escolar. Alguns gastos com a administração de hospitais, museus, gestão gerais da UFC foram excluídos do valor total distribuídos para os cursos, pois não há como direcioná-los, neste primeiro momento, a nenhum deles.

b) Custo médio padrão anual de um estudante de graduação.

Para obter o custo médio padrão anual de um estudante de graduação, deve-se considerar o custo total do ensino de graduação como numerador e, como denominador, o somatório do número de vagas oferecidas anualmente no vestibular, multiplicado pelo número de anos que o estudante tem para concluir oficialmente o curso.

---

Custo médio padrão anual de um estudante de graduação=

---

Custo total do ensino de graduação

---

(÷)  $\Sigma$  (nº de vagas oferecidas no vestibular).

---

(x) nº de anos, oficialmente, para conclusão do curso

---

c) Custo médio real anual de um estudante de graduação

Para obter o custo médio anual de um estudante de graduação, deve-se considerar o custo total do ensino de graduação como numerador e, como denominador, o número de estudantes matriculados ao longo do ano.

---

Custo médio real anual de um estudante de graduação=

---

Custo total do ensino de graduação

---

(÷) nº de estudantes matriculados no curso

---

**d) Custo de excedente de alunos irregulares**

Para obter o custo do aluno excedente deve-se multiplicar o número de alunos excedentes no curso pelo custo médio real anual.

---

Custo de excedentes de alunos irregulares=

---

Custo médio real do estudante

---

(x) nº de estudantes matriculados excedentes

---

Nesta proposta de Clio Reinert (2005), busca-se apresentar um sistema de apuração de custos que fosse ao mesmo tempo completo, simples, flexível e menos oneroso. Tendo também como finalidade, facilitar a comparação entre os dados das IFES Brasileiras.

### 3 Estudo de Caso: cursos de graduação da UFC

A questão de custos tornou-se importante nas IFES porque a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000 exige de todo órgão público um sistema de custos, e também porque o Tribunal de Conta da União instituiu em 2002 o cálculo do custo-aluno equivalente para a realização de auditorias nas IFES.

Na Decisão nº 408/2002, em 2002 foram criados indicadores de desempenho para IFES por um Grupo de Contato, formado por representantes do Tribunal de Contas da União, da Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC e da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC. Este grupo teve como meta orientar as IFES na implantação padronizada do conjunto inicial de indicadores.

Os indicadores foram elaborados a partir da auditoria de natureza operacional realizada na Universidade Federal de Goiás - UFGO, Fundação Universidade do Amazonas - FUA, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Universidade de Brasília - UNB, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Para o TCU, 9 (nove) indicadores retratam o desempenho das IFES, sendo eles: Custo Corrente-Aluno Equivalente, Relação Aluno Tempo Integral e Professor, Relação Aluno Tempo Integral e Funcionário, Relação Funcionário e Professor, Grau de Participação Estudantil, Grau de Envolvimento com Pós-Graduação, Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação, Índice de Qualificação do Corpo Docente e Taxa de Sucesso na Graduação.

*O custo corrente aluno equivalente é dividido em dois: um para IFES com hospital universitário e outro para IFES sem hospital universitário. No primeiro caso, representa a relação do custo corrente aluno equivalente que é calculado com base: (i) nas despesas correntes de todas as unidades gestoras menos as despesas com sentenças judiciais, aposentadorias, reformas e pensões, pessoal afastado ou cedido e, também, 65% das despesas correntes dos hospitais universitários e maternidade; (ii) no aluno equivalente que é o número de alunos equivalentes da graduação, número de alunos tempo integral de pós-graduação e de residência médica. No segundo caso, representa a relação entre o custo corrente aluno equivalente que é calculado com base: (i) nas despesas correntes de todas as unidades gestoras menos as despesas com sentenças judiciais, aposentadorias, reformas e pensões, pessoal afastado ou cedido e, também, 100% das despesas correntes dos hospitais universitários e maternidade; (ii) aluno equivalente - número de alunos equivalentes da graduação, número de alunos tempo integral de pós-graduação e de residência médica.*

Na tabela 1, são apresentados os resultados dos 9 (nove) indicadores de gestão da UFC. Observa-se que os indicadores apresentados pelo TCU utilizam tanto índices financeiros quanto acadêmicos. O indicador I da tabela I demonstra o custo corrente comparado à quantidade de Alunos Equivalentes nos anos de 2005 e 2006. Por indicação do Tribunal de Contas da União, o custo corrente de uma IFES é calculado tomando-se como base às despesas correntes da instituição, deduzindo-se os seguintes itens:

- (a) 65% das despesas com os Hospitais Universitários;
- (b) Despesas com aposentadorias no período;
- (c) Pensões pagas no período;
- (d) Sentenças judiciais concedidas;
- (e) Despesas com pessoal cedido; e
- (f) Despesas com afastamentos no país e no exterior.

Por aluno equivalente entende-se a quantidade “ponderada” de alunos nos níveis de:

- (a) Graduação;
- (b) Mestrado *stricto sensu*;
- (c) Doutorado;
- (d) Residência médica.

#### Indicadores de Gestão da UFC

Discriminação	Valores em 2005	Valores em 2006
---------------	-----------------	-----------------

I	Custo Corrente / Aluno Equivalente	12.093,99	10.015,45
II	Relação Aluno Tempo Integral / Professor	12,29	12,44
III	Relação Aluno Tempo Integral / Funcionário	4,89	6,32
IV	Relação Funcionário / Professor	1,22	1,97
V	Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,70	0,72
VI	Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	0,10	0,09
VII	Conceito CAPES / MEC para a Pós-Graduação	4,08	4,08
VIII	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,63	3,36
IX	Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,52	0,69

**Tabela 1 – Indicadores de Gestão da UFC 2005 e 2006**

Fonte: Relatório Anual de Atividades 2006 – UFC

Neste cálculo, deve-se incluir todos os cursos de caráter permanente, que não sejam autofinanciados, mantidos por recursos especiais de convênios ou de parcerias com instituições públicas ou privadas.

Porém, levando-se em consideração a Instituição em estudo, que contava no ano de 2006 com 22.500 alunos matriculados na atividade educacional de graduação contra 2.114 em todos os curso de pós-graduação *stricto-sensu*, infere-se que o maior volume de matrículas na primeira modalidade determina o valor do indicador custo corrente / aluno equivalente. Portanto, consideram-se, neste estudo, análises derivadas da atividade educacional de graduação. Infere-se também que não foi considerado no cálculo de aluno equivalente mais de 3000 alunos dos cursos de extensão das Casas de Cultura da UFC (Cultura Inglesa, Cultura Alemã, Cultura Francesa, Cultura Espanhola, Cultura Italiana e Cultura Portuguesa).

Assim, ao se comparar os anos de 2005 e 2006 da tabela 1, considerando-se o indicador I, houve um decréscimo de 17,2% no valor calculado. O Avaliador Institucional expressa-se no Relatório Anual de Atividades da UFC – 2006 (UFC, 2006), em relação aos itens influenciadores desse decréscimo:

há enorme influência das variáveis “despesas correntes da universidade”, cujo valor em 2006 resultou ser aproximadamente R\$ 547.000.000,00 (aumento de quase 8% em referência ao ano de 2005) e “despesas com aposentadorias e reformas” que em 2006 foi quase R\$ 118.000.000,00 (aumento de aproximadamente 10% com respeito ao ano de 2005). Também a variável “aluno tempo integral” variou positivamente, pois a UFC passou de aproximadamente 20.000 matriculados em 2005 para quase 22.500 matriculados em 2006, o que supõe aumento superior a 10%. Não obstante, as despesas com o Complexo Hospitalar diminuíram em quase 50%, visto que em 2006 foi aproximadamente R\$ 47.400.000,00.

A análise dos dados apresentados no quadro 1 (Despesas totais da UFC em 2006) em sua forma agregada pode levar a conclusões precipitadas, no sentido de que a UFC tem um elevado gasto com pessoal e encargos sociais.

**Quadro 1 – Despesas totais da UFC em 2006**

<b>Despesas em 2006</b>	<b>R\$</b>	<b>%</b>
<b>Despesas correntes (1)</b>	<b>603.326.250,78</b>	<b>98,25%</b>
Pessoal e encargos sociais	502.531.764,65	81,84%
Serviços eventuais de médicos residentes	2.591.626,02	0,43%

Auxílio creche	632.593,50	0,10%
Diárias	510.820,03	0,08%
Auxílio financeiro a estudantes	8.090.982,28	1,34%
Auxílio financeiro a pesquisadores	778.318,00	0,13%
Material de consumo	14.043.604,98	2,33%
Passagens e despesas com locomoção	1.067.055,20	0,18%
Serviços de consultoria	7.963,48	0,00%
Outros serviços de terceiros - pessoa física	954.598,42	0,16%
Locação de mão-de-obra	8.422.555,03	1,40%
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	48.155.390,00	7,98%
Auxílio alimentação	7.581.621,64	1,26%
Auxílio transporte	1.526.022,43	0,25%
Despesas de exercícios anteriores	4.985.636,50	0,83%
Indenizações e restituições	28.780,36	0,00%
Outros gastos correntes	1.416.918,26	0,23%
<b>Despesas de capital (2)</b>	<b>10.750.150,97</b>	<b>1,75%</b>
<b>Despesa Total (1+2)</b>	<b>614.076.401,75</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Demonstrações Contábeis da UFC

Inicialmente, cabe ressaltar que aproximadamente 46% do total de R\$ 502,3 milhões referente a esta rubrica, está relacionado a gastos com inativos e pensionistas. Outro ponto a ser observado é que, segundo dados da Superintendência de Recursos Humanos da UFC, quase 45% dos servidores técnico-administrativos ativos e 26,4% do total da força-de-trabalho da Instituição, somando-se docentes e técnico-administrativos, estão concentrados no complexo hospitalar (Hospital Universitário Walter Cantídio e Maternidade Escola Assis Chateaubriand). Além das estruturas hospitalares, as unidades representantes da tecnoestrutura e do *staff* (apoio), (Mintzberg, 1989) representadas pelas pró-reitorias, superintendências e outros órgãos internos similares não vinculados funcionalmente de forma direta às atividades de ensino (ou didáticas), representam em torno de 27% da força de trabalho técnico-administrativa e 15,7% do total da força-de-trabalho da Instituição. Quanto ao item outros serviços de terceiros, representativo no quadro geral de gastos, 46% do total de R\$ 48,1 milhões estão destinados a serviço hospitalar, odontológico e laboratorial.

Desse modo, as despesas regulares que incidem mais diretamente no funcionamento dos cursos de graduação, são secundárias *vis-à-vis* aquelas de administração, de despesas com inativos/pensionistas e de manutenção do setor saúde. Faz muito tempo que este quadro não é corrigido pelo Governo Federal. Estudo realizado por Corbucci em 2001, referente ao período de 1995 a 1998, já revelava a problemática da influência dos gastos com pessoal, com sentenças judiciais e com inativos sobre os gastos totais das IFES. As aposentadorias foram uma das principais contingências que mais contribuíram para a escalada de gasto nesse setor, ressalta Corbucci.

No quadro 2 são apresentados os valores dos custos dos cursos de graduação da UFC, bem como o custo padrão unitário total, custo real unitário total e custo total de excedentes de alunos. Vale frisar que não foram considerados alguns gastos para compor o custo total dos cursos, pelas limitações de informações quanto à origem de

tais gastos ou mesmo a necessidade de rateios bem definidos para cada centro de custo acadêmico. Cita-se o caso de gastos hospitalares que embora existam cursos (medicina, odontologia, enfermagem e farmácia) que se beneficiam diretamente com as unidades hospitalares, há necessidade de uma metodologia adequada para apuração de custos por atividades desenvolvidas para o ensino, pesquisa e extensão. Infere-se que o objetivo deste trabalho é apresentar uma metodologia de apuração de custos para os cursos de graduação e que um sistema de custos com informações mais acuradas sobre a origem e aplicação de cada gasto necessita ainda ser formatada. No entanto, o estudo preliminar com base nos dados apresentados pela administração da universidade possibilitou que fossem encontrados os primeiros resultados para os 43 cursos localizados na região metropolitana de Fortaleza. A UFC tem ainda mais alguns *campi* avançados localizados nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Sobral, por exemplo.

Em função do número elevado de alunos que não terminam os cursos de graduação em tempo regular, o custo-padrão unitário total torna-se elevado. Isto demonstra que a preocupação do governo brasileiro, quanto a medidas a serem adotadas pelas IFES na redução do tempo de conclusão dos cursos, é bastante válida. Infere-se que na UFC em todos os cursos o número de alunos que cada curso deveria ter no período regular é inferior ao número de alunos que ela efetivamente tem, excetuando os cursos de Música, Engenharia de Teleinformática e Engenharia de Metalúrgica. Este fato ocorre porque um número elevado de alunos permanece muito mais tempo na universidade do que a média planejada para sua formação. Logo, o custo dos excedentes é extremamente elevado. Os cursos que apresentam os maiores custos padrão-unitários são Medicina, Psicologia, Engenharia de Teleinformática e Educação Física. Estes dois últimos devem ser tratados com certas restrições, pois são considerados cursos novos. A Engenharia de teleinformática e Engenharia Metalúrgica apresentaram custos excedentes negativos por não ter ainda um número de vagas totalmente ocupadas.

**Quadro 2 – Custos dos Alunos dos Cursos de Graduação da UFC**

Curso	Custo Total do Curso	Custo Padrão unitário aluno	Custo Real Unitário aluno	Custo Total excedente do curso
<b>Centro de Ciências</b>				
• Ciências Biológicas	10.966.098,69	45.692,08	17.517,73	6.761.843,60
• Computação	6.851.507,56	28.547,95	12.169,64	3.930.793,86
• Estatística	5.281.781,46	16.505,57	5.083,52	3.655.053,77
• Física	9.962.365,73	31.132,39	8.879,11	7.121.049,30
• Geografia	5.978.302,60	24.909,59	6.312,89	4.463.210,07
• Geologia	7.103.379,10	23.677,93	11.780,06	3.569.359,65
• Matemática	8.046.428,23	16.092,86	7.648,70	4.222.080,21
• Química + Q. Industrial	11.852.417,18	21.549,85	6.562,80	8.242.877,06
<b>Centro de Ciências Agrárias</b>				
• Agronomia	13.411.415,52	19.159,17	7.615,80	8.080.358,81
• Economia Doméstica	6.428.670,60	16.071,68	7.527,72	3.417.583,67
• Engenharia de Alimentos	6.935.954,76	13.871,91	5.571,05	4.150.430,76
• Engenharia de Pesca	6.451.691,59	12.903,38	5.009,08	3.947.152,93
• Estilismo e Moda	3.876.415,68	24.227,60	7.086,68	2.742.546,38
• Zootecnia	6.438.745,99	25.754,98	14.151,09	2.900.973,47
<b>Centro de Humanidades</b>				
• Biblioteconomia	5.194.923,71	25.974,62	9.326,61	3.329.601,02
• Ciências Sociais	9.388.453,18	37.553,81	14.761,72	5.698.023,47



• Comunicação Social	5.746.790,15	11.493,58	5.416,39	3.038.594,98
• Filosofia	5.513.820,77	22.055,28	14.902,22	1.788.266,20
• História	5.936.821,17	14.842,05	5.725,00	3.646.822,65
• Letras	9.829.753,36	40.285,87	3.475,87	6.492.920,54
• Psicologia	7.614.486,85	117.145,95	11.116,04	4.279.675,09
<b>Centro de Tecnologia</b>				
• Arquitetura e Urbanismo	6.910.478,95	153.566,20	13.392,40	4.231.998,74
• Engenharia Civil	5.683.158,65	45.465,27	4.351,58	3.072.212,87
• Eng. de Prod. Mecânica +Mec.	5.669.170,48	53.992,10	11.338,34	0,00
• Engenharia de Teleinformática	5.819.487,10	105.808,86	23.850,36	(143.102,14)
• Engenharia Elétrica	7.414.559,48	70.614,85	3.781,01	5.524.054,77
• Engenharia Metalúrgica	5.952.172,02	132.270,49	74.402,15	(8.928.258,03)
• Engenharia Química	5.704.851,21	76.064,68	6.625,84	3.385.806,00
<b>Faculdade de Direito</b>				
• Direito	8.142.585,98	44.013,98	4.338,09	4.238.309,27
<b>FEAAC</b>				
• Adm. + Atuárias e Secretariado	7.083.928,12	30.732,88	2.337,16	4.191.694,19
• Ciências Contábeis	6.563.997,91	39.661,62	3.080,24	3.853.384,04
• Ciências Econômicas	9.876.353,23	59.675,85	4.547,12	5.874.884,15
<b>Faculdade de Educação</b>				
• Educação Física	4.034.399,48	139.117,22	6.486,17	3.385.782,20
• Pedagogia + Musica	12.609.559,35	72.468,73	6.276,54	8.341.515,37
<b>Fac.de Farmácia, Odontologia, Enfermagem e Medicina</b>				
• Enfermagem	7.287.516,15	85.234,11	9.366,99	3.166.041,72
• Farmácia	10.388.245,73	98.466,78	6.843,38	6.624.388,58
• Odontologia	9.821.224,04	93.092,17	15.203,13	1.459.500,79
• Medicina	27.997.952,98	179.474,06	15.494,16	14.053.206,06

Fonte: Dados trabalhados pelos autores com base nas informações do relatório de gestão e da Pró-Reitoria de Graduação

Quando se analisa o valor do custo real unitário dos cursos, constata-se que a graduação de Administração, Atuariais, Secretariado e Contabilidade apresenta os menores resultados. Este resultado é bastante interessante de ser estudado, pois recentemente os cursos de Administração, de Contábeis e de Secretariado obtiveram o melhor desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), sistema de avaliação da qualidade do Ensino Superior posto em prática pelo Ministério da Educação (MEC) em 2006 e divulgado em 31 de Maio de 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Logo, a questão qualidade deve ser tratada levando em consideração outros fatores que não estejam relacionados apenas com o fator custo como, por exemplo, a formação do corpo docente e a origem da formação do corpo discente.

#### 4 Conclusões e perspectivas

Este trabalho permitiu uma análise da utilização de conceitos de custo-padrão e de custo real para uma IFES. Seu diferencial com relação a trabalhos similares na área foi abordar o problema para tomada de decisão quanto a valores a serem avaliados na alocação de aporte financeiro para a educação superior. Com isso, foi identificado um potencial campo de estudo a ser desenvolvido na administração de recursos educacionais e na busca de aprimoramento de modelos para o acompanhamento de gastos públicos.

Ficou claro que existe um custo elevado de excedentes em função do tempo médio do aluno em cada curso ser também elevado. Os principais entraves ao sistema de redução de gastos e aumento de alunos regulares decorrem de vários fatores que necessitam ser corrigidos pela UFC, observando especificidades de cada curso.

As diretrizes do REUNI têm como metas reduzir a evasão, oferecer mais vagas, facilitar a composição de novo currículo, mas merecem a atenção dos dirigentes e do corpo docentes, discentes e técnicos administrativos das universidades. É bom lembrar que a diminuição do custo excedente em função da evasão de alunos depende de outros fatores, tais como: formulação do projeto pedagógico, critérios para transferência do aluno entre os cursos, organização curricular dos cursos de graduação, penalidades aos alunos que trancam disciplinas sem justificativas e falta de comprometimento de alguns alunos, servidores e professores com a coisa pública.

O gasto nas IFES é bastante elevado e o custo de manutenção de alunos excedentes deve ser minimizado. No âmbito da gestão e do planejamento das suas atividades, as IFES precisam desenvolver e implantar novos instrumentos de processamento e tratamento da informação contábil, operacionalizando as informações de forma rápida e abrangente. Os indicadores de custos poderão subsidiar outras ações de acompanhamento, de planejamento e de avaliação do ensino, pesquisa e extensão.

Ressalta-se que as estimativas das taxas e dos indicadores de custos necessitam ainda ser aperfeiçoadas, levando em consideração os gastos diretamente relacionados com a graduação e a exclusão daqueles relacionados com a manutenção da administração. As pessoas diretamente envolvidas no processo de elaboração das contas públicas da UFC deverão informar com precisão os destinos de cada gasto porque o resultado apurado poderá subsidiar em medidas e ajustes importantes para a manutenção ou aumento de qualidade de cada curso.

Sugere-se a replicação do estudo com um novo sistema de rateio dos gastos tanto para os cursos de Fortaleza, quanto para aqueles localizados em outras cidades.

Por fim, é possível fazer um estudo comparativo de métodos semelhantes para outras IES públicas com base no estudo de custo-padrão e custo real do ensino de graduação. O ponto crítico para esta análise seria o conhecimento das especificidades de cada curso, bem como da complexidade existente na estrutura de cada IFES.

## Referências

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESu/MEC; SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO – SFC. **Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão: decisão TCU nº 408/2002-plenário**. Versão revisada em janeiro de 2006.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de custos e formação de preços**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e gastos das instituições federais de ensino superior no período 1995-1998. **Em Aberto**, INEP: Brasília, V. 18, nº 74, 2001, p 81-91.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Relação dos cursos de graduação oferecidos pelas instituições de ensino superior**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 23 mai. 2007.

\_\_\_\_\_. **Sinopse estatística da educação superior 2005**. Disponível em:  
<<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>>. Acesso em: 23 mai. 2007.

LAWRENCE, William Beay. **Contabilidade de custos**. 4. ed. Brasília: IBRASA, 1975.

MAGALHÃES, Elizete Aparecida et al. Uma análise das metodologias de cálculo do custo por aluno das instituições de ensino superior. **XIII Congresso Brasileiro de Custos**, Belo Horizonte, 2006.

MARINHO, Alexandre. O Aporte de recursos públicos para as Instituições Federais de Ensino Superior. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 83-93, ago. 1998.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINTZBERG, Henry. Mintzberg on management: inside our strange world of organizations. The Free Press, New York, USA. ISBN 0-02-921371-1. 1989.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Curso básico gerencial de custos**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

PEÑALOZA, V. **Um modelo de análise de custos do ensino superior**. São Paulo: NUPES, 1999.

REINERT, Clio. **Metodologia para apuração de custos nas IFES brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina. 2005. 90 p.

ROCHA, Carlos Henrique e MACHADO, André Luiz. O Desempenho universitário acadêmico-pedagógico versus o desempenho financeiro. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, 7 (1): 161-168, janeiro a junho de 2003.

SCHWARTZMAN, Jacques. **O Financiamento das Instituições de Ensino Superior no Brasil**. Disponível em:  
[http://www.bc.edu/bc\\_org/avp/soe/cihe/ihec/regions/Financiamiento\\_Brasil.pdf](http://www.bc.edu/bc_org/avp/soe/cihe/ihec/regions/Financiamiento_Brasil.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2007.

SESu/MEC. **Sistema de apuração de custos das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: Secretaria de Educação Superior, 1994.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. MORGAN, Beatriz Fátima e COSTA, Patrícia de Souza. Desenvolvimento e Aplicação de uma Metodologia de Cálculo do Custo Aluno de Instituições Públicas de Ensino Superior: Um estudo de caso. **RAP. Rio de Janeiro**, 38(2): 243-60, Mar./Abr. 2004.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; MORGAN, Beatriz Fátima; COSTA, Patrícia de Souza. Apuração do custo de ensino por aluno: aplicação a uma Instituição Federal de

Ensino Superior. In: **Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, 2004, Curitiba: ENANPAD, 2004b.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. de. **Gestão de instituições de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Relatório Anual de Atividades 2006 – UFC**. Disponível em: <http://www.ufc.br/conhecaufc/ratividades.shtml>. Acesso em 29 out. 2007.

WOLYNEC, E. O uso de indicadores de desempenho para a avaliação institucional. In DURHAM, Eunice R. E SCHWARTZMAN, Simon (organizadores). **Avaliação do ensino superior**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1992.